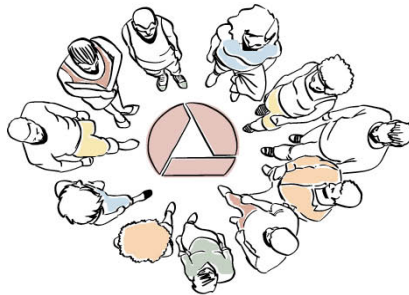


PPAG₂₀₂₀
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA **2023**



RELATÓRIO DOS GRUPOS DE TRABALHO

ÁREA TEMÁTICA: Educação

TEMA

Educação (inclusive Superior)

Discussão participativa do PPAG 2020-2023

Relatório dos Grupos de Trabalho

O tema **Educação (inclusive Superior)**, da Área Temática **Educação**, foi debatido no dia **31 de outubro de 2019**. O grupo de trabalho, com a participação de **67 pessoas**, identificou cinco áreas de interesse, que conformaram os subgrupos: (I) **Valorização profissional**; (II) **Educação Especial**; (III) **Escola Família Agrícola**; (IV) **Educação Superior**; e (V) **Educação profissional e Ensino Técnico**. Como resultado das discussões, foram apresentadas sugestões de alteração no PPAG 2020-2023 e de recomendações ao Poder Executivo no âmbito dos programas:

- 021 – Desenvolvimento do Ensino Superior na UEMG;
- 034 – Polícia Ostensiva;
- 036 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio nos Colégios Tiradentes da Polícia Militar;
- 048 – Ensino Superior – Unimontes;
- 106 – Ensino Fundamental;
- 107 – Ensino Médio;
- 108 – Educação Profissional;
- 110 – Organização, Avaliação e Gestão Escolar;
- 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino;
- 125 – Desenvolvimento da Educação Básica;
- 147 – Melhoria do Ambiente de Negócios;
- 155 – Promoção de Defesa Civil.

As principais alterações sugeridas pelo grupo foram:

- aportar recursos na Ação 4065 – Atividade de Ensino de Graduação Presencial e a Distância –, do Programa 021, para reformas e melhorias na infraestrutura da UEMG;
- ampliação de meta física, com conseqüente aumento de meta financeira da Ação 4093 – Fortalecimento da Política de Assistência Estudantil, –, do Programa 021, com vistas a

ampliar a cobertura na concessão de benefícios aos estudantes de baixa renda ou com deficiência, na UEMG;

- ampliar metas física e financeira da Ação 4062 – Prevenção e proteção Escolar – Proerd –, do Programa 034, com vistas à aquisição de recursos audiovisuais para uso dos instrutores do Proerd, que serão incorporados ao patrimônio das escolas atendidas;
- criar ação, no âmbito do Programa 036, destinada à construção de salas de recurso, nas unidades do Colégio Tiradentes;
- garantir contratação de dois profissionais de serviço social para análise socioeconômica dos estudantes da Unimontes, no âmbito da Ação 4172 – Assistência Estudantil –, do Programa 048;
- aportar recursos na Ação 4173 – Apoio a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* –, do Programa 048, com vistas a desenvolver ações de melhorias e investimentos nos programas de pós-graduação da Unimontes, com foco no aumento da nota de avaliação desses programas;
- ampliar metas física e financeira da Ação 4181 – Apoio às Atividades de Pesquisa, Inovação e Tecnologia – do Programa 048, a fim de apoiar projetos de pesquisa e inovação com bolsas de iniciação científica, bem como a difusão do conhecimento científico e tecnológico produzido na Unimontes, com a produção de periódicos institucionais indexados (Capes) e a promoção de eventos técnicos;
- alterar a redação do objetivo dos Programas 106 e 107, incluindo o compromisso com a valorização dos profissionais de educação no Estado, conforme o disposto no art. 201-A da Constituição Estadual, e acrescentar como diretriz e objetivo estratégico da área temática de Educação, vinculados a esses programas, respectivamente, “Cumprimento efetivo da aplicação mínima constitucional de 25% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais na manutenção e desenvolvimento do ensino”, e “Garantir educação pública de qualidade social para todos e todas”;
- aporte de recursos na Ação 4365 – Ações de Educação profissional –, do Programa 108, a fim de:

- implantar cursos profissionalizantes e de curta duração, destinados à população vulnerável do campo;
- promover ações de formação e qualificação profissional para jovens e adultos, visando a inserção no mundo do trabalho e no ensino superior;
- implantar o Projeto Trilhas Formativas para o mundo do trabalho;
- criar ação, no âmbito do Programa 110, intitulada “Cidadania e direitos na educação”, com a finalidade promover a capacitação de professores e profissionais das escolas da rede pública em conteúdos de direitos humanos, com foco no combate a toda forma de violência contra criança e adolescente;
- adequar a meta física da Ação 4236 – Atendimento às Escolas Família Agrícola –, do programa 112, ao número de Escolas Família Agrícola existentes (22), com a correspondente ampliação de meta financeira, e alterar a finalidade, com vistas a incorporar o repasse de recursos também à Amefa, no escopo da ação;
- alterar a finalidade e o público-alvo da Ação 4330 – Mobilização das Juventudes –, do Programa 112, com vistas a focalizar o escopo da ação no público com 15 anos de idade e mais e a identificar a continuidade dos estudos universitários também como objetivo das ações de proximidade propostas;
- criar ação, no âmbito do Programa 112, com a finalidade de fomentar a representação estudantil em grêmios;
- ampliar metas física e financeira da Ação 4515 – Educação para o Campo –, do Programa 147, com vistas a incluir as 22 Escolas Família Agrícola como beneficiárias de suas atividades;
- aportar recursos na Ação 4464 – Bombeiros nas Escolas –, do Programa 155, com vistas a adquirir materiais, serviços gráficos e kit multimídia, para utilização nas oficinas.

Os participantes do grupo apresentaram, ainda três Moções:

1) *“Nós, do ensino superior de Minas Gerais, solicitamos a aplicação de oitenta e cinco milhões de reais que constam no acordo de greve de 2018. Esse valor deve ser aplicado no plano de carreiras da Unimontes e UEMG para os professores da educação superior. Esses valores foram pactuados*

no acordo de greve de 2018. Além disso, os servidores técnicos administrativos solicitam também o valor de 15 milhões de reais para aplicação nas carreiras desses servidores, conforme acordos estabelecidos entre a categoria e o Estado. O acordo de greve assumido pelo governo em 2018 está depositado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

- No caso das carreiras dos professores, os valores citados deverão ser aplicados por meio das incorporações da GDPES e "Pó de Giz" que constituirão a nova tabela salarial.*
- No caso dos servidores técnicos administrativos, os valores são para incorporação do abono salarial e gratificação complementar ao vencimento básico.*
- Os valores solicitados também serão aplicados às dedicações exclusivas, que passarão de 40% para 50% do vencimento básico”.*

2) “Nesta semana (28/10 a 01/11), encontra-se em discussão, na Assembleia Legislativa, o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental, 2020-2023, que sistematiza, de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver no período de quatro anos.

O PPAG é projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo e transparece o que o governo planeja para a execução no período de 4 anos, deixando claras quais são as prioridades do Executivo e vinculando, portanto, o orçamento necessário para a execução do PPAG.

A Coordenação e a Direção Estadual do Sind-UTE/MG está presente à ALMG para a discussão participativa do PPAG 2020-2023 e as conclusões são as de que o Estado, em especial o Governo Zema, desconhece as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação.

Conforme se vislumbra nas ações propostas no PPAG (páginas 329 a 394), o governo propõe metas em diversas ações que estão estagnadas para os 4 anos seguintes, ou seja, não há no planejamento a previsão de investimentos para ampliação e universalização do ensino ou para melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação.

O Sind-UTE/MG continuará acompanhando as discussões do PPAG e irá encaminhar e cobrar o devido investimento na educação mineira, de forma a valorizar os estudantes e todos os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 31 de Outubro de 2019”.

3) *“Nós, participantes do grupo de Educação da Discussão Participativa do PPAG 2020/2023, vimos por meio deste, apresentar nosso repúdio quanto a ação do governo estadual em desconsiderar o Plano Estadual de Educação e suas diretrizes neste processo de elaboração do PPAG 2020/2023.”*